**11ª LEGISLATURA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**2º Período Ordinário de Sessões**

**ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2024.**

Presidências dos Srs. Vereadores Carlo Caiado, Presidente; e Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente.

Às 14 horas, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Dr. Marcos Paulo, Jair da Mendes Gomes, Paulo Pinheiro e Tânia Bastos 7 (sete), assume a Presidência a Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens”, dou por aberta a Sessão.

Passemos ao Grande Expediente.

Passa-se ao

**GRANDE EXPEDIENTE**

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não havendo oradores inscritos, a palavra fica franqueada.

Não havendo manifestação por parte dos senhores vereadores, a Presidência suspende a Sessão até as 15h40.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 14h01 e reabre-se às 15h40)

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Está reaberta a Sessão.

Terminada a Primeira Parte do Grande Expediente, passemos à Segunda Parte.

Não havendo orador inscrito, a palavra fica franqueada.

Não havendo quem se manifeste, a Sessão fica suspensa até as 16 horas.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 15h41 e reabre-se às 16 horas, sob a Presidência do Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está reaberta a Sessão.

Esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente, passemos ao Prolongamento do Expediente.

Passa-se ao

**PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE**

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Mesa dará ciência das proposições recebidas.

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3544/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao senhor Paulo José Batista, mais conhecido com seu Paulo de Manguariba, por sua atuação em diversas áreas ligadas aos serviços sociais e culturais da região.

Plenário Teotônio Villela, 24 de outubro de 2024.

Vereador Junior da Lucinha

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3545/2024**

Requeremos à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor Bruno Elias Pires, CEO Grupo Salta Educação.

Plenário Teotônio Villela, 08 de outubro de 2024.

MESA DIRETORA

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador WILLIAN COELHO
2º Secretário

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3546/2024**

**REQUEIRO** à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Instituto Apontar.

Plenário Teotônio Villela, 17 de outubro de 2024.

Vereador **PEDRO DUARTE**
Partido NOVO

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3547/2024**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao **Padre Antônio Guerra de Oliveira Júnior.**

Plenário Teotônio Villela, 24 de outubro de 2024.

**Teresa Bergher**
**Vereadora**

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3548/2024**

**REQUEIRO** à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Midian Lima.

Plenário Teotônio Villela, 24 de outubro de 2024.

**ALEXANDRE ISQUIERDO**
VEREADOR – UNIÃO

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3549/2024**

**REQUEIRO** à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Gabriela Lopes.

Plenário Teotônio Villela, 24 de outubro de 2024.

**ALEXANDRE ISQUIERDO**
VEREADOR – UNIÃO

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3550/2024**

**REQUEIRO** à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Camila Barros.

Plenário Teotônio Villela, 24 de outubro de 2024.

**ALEXANDRE ISQUIERDO**
VEREADOR – UNIÃO

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3551/2024**

**REQUEIRO** à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Raquel Lima.

Plenário Teotônio Villela, 24 de outubro de 2024.

**ALEXANDRE ISQUIERDO**
VEREADOR – UNIÃO

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3552/2024**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da placa de homenagem, agradecimento e reconhecimento ao servidor público municipal da Cidade do Rio de Janeiro a Alexandre Henrique de Araujo Junior – Professor e Servidor Público desta Casa de Leis.

Plenário Teotônio Villela, 24 de outubro de 2024.
 **Vereador Alexandre Beça**

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3553/2024**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do conjunto de Medalhas de Mérito **São Francisco de Assis 3º milênio** a **LUCIANA FERREIRA BAPTISTA** pelos relevantes serviços prestados à causa dos animais.

Palácio Teotônio Villela, 24 de outubro de 2024.

**Vereador LUIZ RAMOS FILHO**
**PMN**

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3554/2024**

**REQUEIRO** à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha São Francisco de Assis 3º Milênio à Natália Guimarães Grifo Almeida por sua incessante dedicação à causa em defesa dos animais.

Plenário Teotônio Villela, 08 de outubro de 2024.

Vereador **Luiz Ramos Filho**
PSD

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

(Comparecem ainda os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, João Mendes de Jesus, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vera Lins, Veronica Costa, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias, William Siri, Willian Coelho e Zico)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Esgotada a matéria do Prolongamento do Expediente, passemos à Ordem do Dia.

 Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência informa que se encontra à disposição dos senhores vereadores, para consulta, a redação final do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI Nº 1441-A/2022, de autoria dos Senhores VEREADOR MARCIO SANTOS, VEREADORA MONICA BENICIO, VEREADOR FELIPE MICHEL*,* que “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS TRANSPORTES POR APLICATIVOS DE MOBILIDADE URBANA, CADASTRADAS NO MUNICÍPIO, DE ADICIONAR UMA NOVA FERRAMENTA NA INTERFACE QUE PERMITA AOS PASSAGEIROS DO SEXO FEMININO OPTAR POR REALIZAR O CHAMADO DE MOTORISTAS DO MESMO SEXO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Caso não sofra emenda de redação, será considerada aprovada e irá a autógrafo, nos termos do art. 249, § 1º do Regimento Interno.

A presença informa e agradece a presença da Excelentíssima Senhora Juhlia Santos, vereadora eleita da cidade de Belo Horizonte. Muito obrigado pela presença.

Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE PRIORIDADE
EM 1ª DISCUSSÃO
EM 1ª SESSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 3558/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 114/2024), QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025".

PARECER DA: Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Pela ordem, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Peço o adiamento por duas sessões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Submeto ao Plenário a proposta de adiamento da discussão da matéria por duas sessões.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 3558/2024 está adiada por duas sessões.

Pela ordem, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Boa tarde, Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadoras e vereadores. Hoje o jornal O Globo noticiou uma iniciativa do prefeito que estaria sendo encaminhada a esta Casa, que muito me preocupou. A ideia é mudar a forma de contagem do tempo dos professores do município aqui do Rio de Janeiro para, justamente, de alguma forma, por um cálculo matemático, conseguir sobrecarregar mais os professores e reduzir as condições de trabalho desses professores.

Ainda aguardarei, Senhor Presidente, a chegada a esta Casa desse texto, mas, desde logo, isso se mostra absolutamente ilegal e violador das condições dignas de trabalho dos profissionais de educação. Vejam, ao invés de realizar concursos públicos, conceder o reajuste, garantir melhoria das condições de trabalho para que os nossos estudantes possam ter em sala de aula profissionais dedicados que eles já são, mas com condições de trabalho, o prefeito e o seu secretário de educação querem simplesmente espremer o profissional o máximo possível para reduzir o número de contratações.

Isso, inclusive, me parece algo que, se vier aqui formalmente, tem que ser questionado judicialmente, Vereador Rocal, que é professor também como eu. Nós sabemos que os professores que estão em sala de aula têm um tempo, um horário de aula que não é necessariamente um tempo que é o tempo do relógio. O que o Eduardo Paes e esse Secretário Ferreirinha, que a gente já veio várias vezes denunciar o descaso com que a educação municipal é tratada no Rio de Janeiro, ele aproveitou que as eleições já se passaram para mandar esse presente de grego aqui para esta Casa.

Nós acompanharemos de perto, denunciaremos, estamos ao lado dos profissionais de educação, dos professores do município, do Sepe, do sindicato, e não deixaremos isso passar. É importante que esta Casa se conscientize de que educação se faz com condições de trabalho do professor, com investimento em infraestrutura e com reconhecimento da importância dos professores. Ao tratar professor como burro de carga, o professor não teria tempo nem para ir ao banheiro, nem para respirar 10 minutos entre uma aula e outra.

O que o Eduardo Paes está fazendo com essa categoria é colocá-la em uma condição de ainda maior exploração. Educação pública para ser valorizada precisa de profissionais, e profissionais têm que ter condições de trabalho. Não aceitaremos, Ferreirinha! Não deixaremos isso passar! Seguiremos aqui, resistindo, e denunciaremos este absurdo, esta medida autoritária. E caso venha pra esta Casa, porque ainda não chegou, mas ele já colocou no Globo, nós nos oporemos a ela.

E quero dizer que ele devia ter apresentado isso antes da eleição, para ver quem que ia aprovar um absurdo desses. Muita gente votou enganada no Eduardo Paes, e as condições de trabalho que ele quer impor aos professores só vão piorar, e, com isso, vamos ter uma condição muito pior de ensino e de educação para os nossos estudantes. Inaceitável! E não deixaremos passar!

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Monica Cunha, que dispõe de três minutos.

Antes, tenho a honra de registrar a presença do nobre Vereador eleito de Didi Vaz. Obrigado pela presença, e ao lado desta fera, Vereador Jair da Mendes Gomes.

A SRA. MONICA CUNHA – Boa tarde, meus nobres colegas; boa tarde a todos e todas e todes. Obrigada, Presidente, pela palavra.

Eu vim aqui para pedir encarecidamente a compreensão de vocês, a sensibilidade de vocês sobre um projeto meu que está tramitando pela Casa e que é muito importante sua aprovação. Trata-se de um projeto que está direcionado aos entregadores de aplicativo. São pessoas que nós sabemos que, desde 2020, quer dizer, antes, mas eu trago 2020, porque 2020 foi aquele ano pandêmico para o mundo, e quem nos salvou foram essas pessoas, entregando para nós tudo que nós queríamos naquele momento que não podíamos sair de casa. E essas pessoas, o que elas não têm, desde aquela época até hoje, é respeito, é serem tratadas como trabalhadoras.

São jovens, em sua maioria, 89% são negros, moradores de periferias, de favela, que necessitam – gente, já construiu sua família. Enfim, como nós aqui somos trabalhadores, porque somos, a gente também tem que valorizar os outros trabalhadores. E, por isso, estou aqui, porque hoje este meu projeto é o 9º da pauta, e eu queria muito, muito mesmo que vocês de fato votassem pela aprovação, porque é o Projeto nº 1738/2023, do ano passado, que obriga os estabelecimentos a fornecerem água e acesso sanitário a todos esses jovens, quando chegarem para pegar sua mercadoria.

Neste final de semana, a gente constatou isso, quando a gente viu um jovem que foi pegar sua mercadoria no estabelecimento aqui em Laranjeiras, onde muitos de nós moramos. Quando ele chegou lá para pegar, ele pede um copo d'água, Vereadora Thais, o que lhe foi negado. Porque não pode dar água, o gerente proibiu.

Gente, pelo amor de Deus! A gente mesmo, quando se senta para comer alguma coisa dentro de um restaurante, muitas vezes pede a água da casa e eles nos dão. É porque a gente está sentado lá para gastar? O que é isso? Como é que você vai negar água a um ser humano?

Então, assim, por mais que eu ache, não vou negar, este um projeto óbvio, entendeu? Porque dar água e dar acesso sanitário a qualquer ser humano não precisava ser objeto de uma lei, já devia partir cotidianamente o estabelecimento. Mas, como a gente sabe como funciona, a gente tem que fazer um projeto.

Por tudo quanto foi exposto, eu rogo encarecidamente a todos da Casa que aprovem esse projeto.

Muito obrigada, valeu!

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.

Pela ordem, a nobre Vereadora Thais Ferreira, que dispõe de três minutos.

A SRA. THAIS FERREIRA – Boa tarde, Presidente; boa tarde a todos os colegas que aqui estão no dia de hoje.

Vou seguir dialogando também sobre algumas cobranças que a gente precisa fazer ao Prefeito Eduardo Paes. Infelizmente, recebi uma demanda de vários servidores e servidoras sobre a redução do horário de atendimento da Creche Institucional Dr. Paulo Niemeyer, que atende aos filhos das servidoras e dos servidores.

Já reafirmamos aqui o quanto a creche é um direito da criança e um direito também da mulher, da família trabalhadora. Essa creche, que já atendeu até as 18 horas, hoje só atende das 7h30 às 16h30, sem ouvir a comunidade escolar, sem ouvir os servidores e servidoras que dependem da creche para continuar trabalhando pelo melhor da Cidade do Rio de Janeiro.

Então, a gente vai pedir mais responsabilidade do nosso Prefeito, que esperou, mais uma vez, passarem as eleições para vir com este decreto no Diário Oficial, que reduziu o horário de funcionamento da creche institucional que atende aos filhos das servidoras e dos servidores da Cidade do Rio de Janeiro.

Aí, vou continuar o diálogo que foi começado aqui pela minha colega de bancada, Vereadora Luciana Boiteux, e falar sobre essa questão das horas. A gente está falando da contagem horas/aula para hora por minuto. A gente precisa falar que, com essa regra, a carga de aulas semanais dos professores vai aumentar bastante, de 26 para 32 aulas. Como já foi falado aqui, sem levar em conta o impacto na saúde física e na saúde mental dos servidores da educação que – a gente já sabe e pela qual vem lutado tanto aqui – está extremamente precarizada.

Portanto, quero reafirmar que garantir educação não é só contar minuto, nem jogar mais aulas na grade. A gente está falando de qualidade para quem oferece também, para a gente chegar a um ideal de qualidade para nossas crianças e reafirmar que nossa luta é pela garantia de dignidade para todos os servidores do Município do Rio de Janeiro e pela luta da dignidade na educação também, que não pode depender de um governo que se coloca como um Executivo muito autoritário. A gente está falando aqui de dizer o que as pessoas têm que fazer, como elas precisam fazer e, se não fazem desse jeito, são excluídas. É assim que é feito também com o Poder Legislativo desta Casa.

Estamos no quarto ano desta Legislatura, fechando, com muitos reeleitos, outros que não foram reeleitos, diante de um governo que não escuta, de um Município que só responde às cobranças e provocações de seu próprio grupo político, ou seja, governa apenas para si, sem ouvir o povo.

Quando a gente tem galerias lotadas, chamando por passe-livre, trazendo as pessoas para cá, não importa, nada disso importa. Vamos ter as audiências públicas do orçamento da cidade e vamos ver, mais uma vez, as pessoas não sendo ouvidas aqui e apreciando um objeto fictício. A gente faz alteração, sim, aqui, nesta Casa, para garantir dignidade para professores, para aumentar vale-refeição, para garantir a dignidade para todo mundo aqui, mas o Prefeito da cidade, reeleito, escolhe não efetivar. Saibam contra o que nós estamos lutando neste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ RAMOS FILHO – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Já houve três questões de ordem, em seguida passo a palavra a Vossa Excelência.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

EM 2ª DISCUSSÃO

QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 180/2024 DE AUTORIA DO VEREADOR EDSON SANTOS, QUE "ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 268, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias, William Siri, Willian Coelho e Zico 43 (quarenta e três), não havendo voto contrário. Absteve-se o Senhor Vereador Dr. Carlos Eduardo 1 (um). Presentes 44 (quarenta e quatro) senhores vereadores. Votando 43 (quarenta e três) senhores vereadores. Absteve-se 1 (um) senhor vereador).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 44 (senhores Vereadores). Votaram SIM 43 (quarenta e três) senhores vereadores. Absteve-se 1 (um) senhor vereador.

O Projeto de Lei Complementar nº 180/2024 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

Para declaração de voto, o nobre Vereador Edson Santos, que dispõe de três minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Senhoras e senhores vereadores, quero, em primeiro lugar, agradecer o apoio que deram a esse projeto, porque sei que encerra uma polêmica.

Gostaria de esclarecer o que nos motivou a apresentar essa emenda votada pela Câmara. O que ocorre é que esse movimento é nacional, e as lideranças têm obtido liminares de funcionamento pela autorização dos municípios, ou seja, da existência de uma lei municipal que autorize o funcionamento do bronzeamento por máquina. Por isso, nós tomamos a iniciativa de apresentar esse aperfeiçoamento à lei.

Quero dizer às senhoras que ela, por si só, não resolve o problema, mas a assessoria jurídica que vossas senhorias têm – está aqui o Doutor Marcondes, que é o representante legal desse movimento – poderá ingressar no Tribunal de Justiça, solicitando uma liminar para que as senhoras possam trabalhar com tranquilidade aqui no Rio de Janeiro, assim como ocorre na Cidade de São Paulo, onde as bronzeadoras, com base numa liminar, têm o direito e a liberdade de trabalhar com tranquilidade.

Então, esse é o primeiro passo de uma longa caminhada que teremos para que o Estado Brasileiro acolha o bronzeamento por máquina, definindo um regulamento que garanta a segurança de quem utiliza o bronzeamento e também das senhoras que tiram o seu sustento dessa atividade.

Senhor Presidente, quero encerrar dizendo o seguinte: o Brasil mudou, o mundo está mudando, o capitalismo está mudando no sentido de excluir da vida e da institucionalidade diversas categorias. Temos os mototaxistas, temos os Ubers, entregadores de aplicativos, temos agora as bronzeadoras, que carecem da proteção do Estado para o livre exercício de sua função, tendo, com isso, o acolhimento da seguridade social, para que possam viver com tranquilidade em um país como o Brasil, onde buscamos construir um Estado que garanta o bem-estar social para o conjunto da população. Então, grande vitória nossa, no dia de hoje, e firme na luta.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Para declaração de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para declaração de voto, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de três minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Quero, na verdade, apenas parabenizar o nobre colega Edson Santos. Quero dizer que o senhor é referência para esta Casa, para a política brasileira, para a política fluminense, e que o senhor estará, sem dúvida alguma, representado pela bancada do PT, construindo essa bancada junto conosco e todas as pautas, assim como essa, tão relevante para as mulheres de favela, para as empreendedoras de favela. Quero dizer que o senhor representa não só aqueles e aquelas que estão sub-representados neste país e que, sem dúvida alguma, têm voz no Partido dos Trabalhadores e neste país por pessoas como Vossa Excelência.

Muito obrigada, Vereador Edson.

O SR. LUIZ RAMOS FILHO – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Luiz Ramos Filho, que dispõe de três minutos.

O SR. LUIZ RAMOS FILHO – Senhor Presidente, eu venho aqui pedir ao senhor para que a Câmara de Vereadores possa acompanhar a tentativa de homicídio que aconteceu no jogo do Peñarol contra o Botafogo. Aquilo foi uma tentativa de homicídio. O torcedor está internado no hospital, e aquele guarda municipal do Grupamento de Operações Especiais (GOE) estava totalmente despreparado. Falo isso porque já tive um problema com um guarda municipal que disse que ia “me levar para passear” em um incidente na Fazenda Modelo. E a gente fica pensando: se eles estão agredindo um vereador, imagine o que fazem com a população.

Por isso, eu queria pedir ao Presidente Caiado, já conversei com o senhor pelo telefone, que a Câmara acompanhe esse processo. Esse funcionário público não representa a Prefeitura. A conduta dele é totalmente inadequada, ele está despreparado para atuar no serviço ao público, para orientar as pessoas. Ele agrediu mulheres, agrediu homens e deu uma cacetada na cabeça desse senhor, que poderia ter vindo a óbito. Essa é a verdade. Depois que acontece o óbito, é que começam as investigações, as punições. Não. Tem que começar a punir agora, para servir de exemplo.

Houve outro incidente em Copacabana, com um cidadão levando um “mata-leão” de um agente da ordem pública. Não pode ser dessa maneira. O Prefeito Eduardo Paes já se posicionou, já fez uma publicação no seu Instagram sobre o episódio, cobrando apuração por parte da Guarda Municipal, para que possa punir esse guarda municipal que não tem condição de representar a população. Que a Câmara Municipal possa acompanhar esse processo, não deixar esse ato impune, pois é uma covardia. Se isso permanecer assim e esse guarda municipal continuar nas ruas, o que a população vai fazer? Pode agredir, pode bater. É permissão. Estamos assinando. Estamos chancelando para a Guarda Municipal ficar batendo na população, para a Guarda Municipal ficar atentando contra a vida das pessoas.

 Muito obrigado, Presidente.

A SRA. THAIS FERREIRA – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Thais Ferreira, que dispõe de três minutos.

A SRA. THAIS FERREIRA – Obrigada novamente, Presidente.

Gostaria de lembrar a todos os colegas que, após mais de seis anos sem respostas, no dia de amanhã está marcado o júri popular dos acusados de serem os executores de Marielle e Anderson. Foram 78 meses e mais de 2.000 dias em que nós estivemos marchando e gritando nas ruas, clamando por justiça. Amanhã não será diferente. O assassinato de Marielle e Anderson é um marco de violência política de gênero e raça, e ataque aos defensores de direitos humanos e à violência LGBTfóbica em toda a democracia brasileira.

O sistema de justiça historicamente não oferece respostas efetivas diante de vítimas de violência do Estado, que a gente sabe que, sim, enfrentam diversos obstáculos para ter acesso ao que a gente deveria poder chamar de justiça.

Então, é essencial que nós estejamos juntas e juntos neste momento tão decisivo para a nossa democracia. Nós vamos erguer as nossas vozes amanhã, às 7 horas da manhã, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Marielle, Justiça!

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de três minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Nobres colegas, quero apenas informar dos resultados sobre o concurso municipal em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, do qual vocês sabem que eu faço parte. Construí, já presidi este instituto tão relevante.

Hoje foi divulgada, Vereador William Siri, a notícia de que teremos um novo Centro Cultural Rio África, que é uma luta histórica dos arquitetos da Cidade do Rio de Janeiro, é uma luta histórica do movimento negro desta cidade e, sem dúvida alguma, é uma reparação importante na gestão de Eduardo Paes, que em outros momentos fez dois novos museus, o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, esquecendo-se da memória da diáspora, da memória africana enterrada no Centro da cidade, uma área, um território tão importante para a memória, para a cultura e, claro, para a nossa imagem como cidade negra brasileira e da diáspora.

Quero reforçar aqui que todos os trabalhos enviados, envolvidos, foram de altíssimo nível e de altíssima relevância. É importante que iniciativas como essa sejam cada vez mais comuns na cidade, para que a gente possa, a partir do diálogo público, a partir do debate público, fazer intervenções mais qualificadas, não só no Centro do Rio, mas em tantos outros territórios pelo Rio de Janeiro inteiro.

Quero parabenizar, mais uma vez, a organização, a gestão do Prefeito Eduardo Paes, mas principalmente os arquitetos negros, que ganham relevância nesse cenário, que têm aí um papel de protagonismo da discussão da memória do Rio de Janeiro. Sem dúvida alguma, eles vão ter cada vez mais espaço na construção não só de uma cidade cada vez mais antirracista, mas de uma cidade cada vez mais justa.

Viva a arquitetura negra brasileira!

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para comunicação de liderança, a nobre Vereadora Teresa Bergher, líder do PSDB, que dispõe de cinco minutos.

A SRA. TERESA BERGHER – Senhor Presidente, senhoras vereadoras e vereadores, todos que nos assistem. Bom, ouvindo aqui o Vereador Luiz Ramos Filho, fica a minha pergunta de sempre. É essa Guarda Municipal que os senhores querem armar? Fica o questionamento, sim. Uma guarda totalmente despreparada. Uma guarda que não foi qualificada todo esse tempo, uma guarda eu diria que envelhecida, porque não tem concurso, uma guarda que bate em camelô, uma guarda que pratica violência o tempo todo, não pode ser armada. Porque, diante do que nós vimos, se esta guarda estivesse armada, eu imagino o que poderia ter acontecido. É uma guarda sem nenhuma qualificação, mas também uma guarda que está desmotivada.

Cadê o plano de cargos e salários dessa guarda? Não acontece nada. O que eu vejo, sim, Senhor Presidente, por exemplo, Avenida Atlântica, domingo, áreas de lazer interditadas, abertas apenas à circulação das pessoas.

Pois bem, hoje o que nós vemos nas ruas são motos na contramão, bicicletas na contramão e a Guarda Municipal não faz absolutamente nada. Por quê? Porque o Senhor Prefeito não estimula, não qualifica essa Guarda. É um absurdo. Eu já vi, por mais de uma vez, pessoas serem acidentadas, serem atropeladas pelas famosas motinhas, por bicicletas trafegando na contramão e ninguém faz absolutamente nada.

A nossa cidade está um caos, a nossa cidade está abandonada, as praças estão tomadas por mesas, cadeiras.

Eu moro no Flamengo. Mais uma denúncia em relação ao Flamengo. Tem uma praça, no final da Avenida Oswaldo Cruz, do lado direito, a Praça Nicarágua, totalmente tomada por mesas e cadeiras.

O Prefeito simplesmente resolveu privatizar a cidade, além do projeto que vem aí para privatizar, ou melhor, não é de privatização o projeto que está chegando, que já está aí, é de venda do patrimônio municipal. É este do Prefeito.

Mas alguém vai me perguntar: “A voz do povo é a voz de Deus?”. Afinal de contas, foram 60% da população que votaram no Prefeito Eduardo Paes, a voz do povo, foram 60%. Gente, a voz do povo é a voz de Deus.

Será que não está na hora de acabar com essa validade? Será que a vida inteira a voz do povo vai ser a voz de Deus? Infelizmente, o que nós temos visto, o que nós temos visto muitas vezes é o votar errado. A voz do povo não é a voz de Deus mais não. Porque essa votação de 60% votou mal.

Há dois anos, o senhores se lembram, também o nosso Governador ganhou no primeiro turno e teve praticamente isso de aprovação. E agora está todo mundo aí o apedrejando.

Então, fica o meu questionamento. Qual é a função da Guarda Municipal? Porque hoje ela está simplesmente sem função alguma.

Eu não estarei mais aqui, vou sentir muita saudade dos meus colegas vereadores, mas, apesar de sentir muita saudade dos meus colegas vereadores, confesso aos senhores: saio feliz, certa do dever cumprido.

Cuidado, armar a Guarda será mais uma irresponsabilidade desta Casa. Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM CONTINUAÇÃO DA 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: F 2/3

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 14/2023 DE AUTORIA DA VEREADORA LUCIANA BOITEUX, QUE "ACRESCENTA INCISO AO ART. 401 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, ESTENDENDO O PASSE LIVRE AOS RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADOS EM ESCOLAS MUNICIPAIS".

PARECERES DA :
Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Dr. Gilberto;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL, Relator Ver. William Siri (Oral);
Comissão de Transportes e Trânsito FAVORÁVEL, Relator Ver. Pablo Mello (Oral);
Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social FAVORÁVEL, Relator Ver. Dr. João Ricardo (Oral);
Comissão de Educação FAVORÁVEL, Relator Ver. Marcio Santos;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira FAVORÁVEL, Relator Ver. Marcio Santos (Oral).

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Presidente, eu queria pedir o adiamento dessa votação, mas lembrando a Casa da importância de estarmos mobilizados.

Depois quero conversar com o Vereador Marcio Santos, a Comissão de Educação, que tem um papel importante.

Estamos recebendo muitas demandas de pais e apoios para essa necessidade urgente de garantir o passe livre para responsáveis por crianças na rede pública.

É imperativo que essa Câmara se debruce sobre essa pauta, mas hoje vamos pedir esse adiamento, para podermos amadurecer e dialogar com essa Casa, com o objetivo de garantir a efetivação desse direito, que não pode ser ignorado por essa Casa, diante da importância dessa pauta.

Por isso, Presidente, peço o adiamento por uma sessão. Obrigada.

E agradeço a presença de todos que vieram hoje aqui na Casa. Seguiremos mobilizando, é importantíssima a presença de vocês aqui. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência submete ao Plenário a proposta de adiamento da matéria por uma sessão, solicitado pela nobre Vereadora Luciana Boiteux.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A discussão do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 14/2023 está adiada por uma sessão.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para comunicação de liderança, o nobre Dr. Rogério Amorim, líder do PL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Boa tarde, nobres colegas. Só gostaria de falar um pouco em relação ao que foi dito pela nobre Vereadora Teresa Bergher.

Primeiro, começo concordando com parte do seu discurso, ou quase todo, principalmente quanto ao fato de que a senhora fará muita falta nesta Casa. Sem dúvida nenhuma, é um exemplo de Vereadora, de fiscalização, fará muita falta não só a esta Casa, mas a toda a Cidade do Rio de Janeiro. Então, fica aqui meu carinho, meu apreço, sobretudo minha admiração ao trabalho de Vossa Excelência.

Concordo que a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, infelizmente, está descontextualizada de sua função, e isso fruto do seu comando. O comando da Guarda Municipal há muitos anos, durante toda a gestão do Governo Eduardo Paes, e infelizmente nós vamos para a quarta gestão, não há nada tão ruim que não possa piorar. E a Guarda Municipal está sob o comando de alguém fraco, de alguém irresponsável com a Cidade do Rio de Janeiro.

Não só sob o comando, na sua mais alta hierarquia, que é o Prefeito Eduardo Paes, mas também sob o comando direto do Secretário de Ordem Pública mais fraco e incompetente da história. Não serviu como policial civil, não serviu como candidato a vereador, porque foi humilhado nas urnas, e presta nada como Secretário de Ordem Pública. Pode até pedir música em um grande programa dominical por não ter servido em três áreas. Tentou na polícia, foi refutado. Tentou na política, foi refutado nas urnas. Tentou como secretário, foi refutado também, péssimo secretário.

Não há ninguém que o elogie. Ele não consegue agradar nem o setor produtivo, nem os ambulantes. Ele não consegue agradar nenhum vereador, nem da base, nem da oposição. Então, ele é unânime na sua incompetência. Isso ele conseguiu.

E ele coloca a Guarda Municipal em claro desvio de função. Ele criou uma milícia azul, escondendo o uniforme da própria Guarda Municipal. Eles hoje trajam a calça – são as sereias, como dizem – de Guarda Municipal e camisa de Ordem Pública, com uma blusa azul, fazendo uma função que não é deles definitivamente. O controle urbano do mercado ambulante não cabe à Guarda Municipal, cabe ao fiscal de posturas.

À Guarda Municipal cabe garantir o maior bem da Cidade do Rio de Janeiro, que é a sua população. É assim em São Paulo, é assim em Belo Horizonte, é assim em todas as capitais, excetuando outras duas nesse país. É assim em Buenos Aires, é assim em Madri. Só não é assim no Rio de Janeiro.

A Guarda Municipal é desvalorizada e trabalha sob uma escala desumana. A Guarda Municipal trabalha com plano de cargos e salários que não existe, com tíquete de 12 reais. A Guarda Municipal é vilipendiada pelo atual Prefeito e Secretário, enquanto uma casta da Guarda ganha 50 mil reais e tem privilégios de escala, privilégio de “carguinho”, enquanto a tropa ganha uma miséria. Por isso é que a Guarda Municipal hoje entra em conflito com a população. É preciso valorizar a Guarda Municipal e colocá-la para defender o cidadão de bem, que não aguenta mais ser assaltado e morto pela criminalidade.

A Guarda Municipal deveria proteger o cidadão e ela quer fazer isso. Só que o comando não permite e não quer que faça. É muito simples isso. E esta Casa, nobre vereadora, quando disse que mudaria a escala e aprovou essa atrocidade, sem que a população não sentisse a mudança disso, porque nós continuamos sem ver a Guarda Municipal nas ruas. Na verdade, nós votamos contra.

Agora, esta Casa aqui fez um discurso de que iria lutar pelo Plano de Cargos e Salários da Guarda Municipal, e até hoje nada ocorreu.

Então, a culpa não é da Guarda; é do comando da Guarda. O Brasil inteiro tem uma Guarda que atua na segurança de sua população. O Rio não faz, por conta de um Prefeito omisso e de um Secretário incompetente.

Obrigado, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Felipe Michel, que dispõe de três minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Boa tarde, nobre Presidente, Vereador Carlo Caiado. Boa tarde a todos os vereadores.

Presidente, eu só queria aproveitar que já passou todo o processo eleitoral, e muitos, no debate, da imprensa, o tempo todo falavam que a questão de que a gente estava levantando a bola, do armamento da Guarda Municipal, a questão de segurança pública, era só pelo processo eleitoral. Então, quero deixar bem claro aqui, Presidente, o que está acontecendo na nossa cidade. Vamos lá.

Em primeiro lugar, quero dizer que o BRT Seguro, uma lei que nós aprovamos aqui na Casa, e que hoje é o maior sucesso na nossa cidade, é o maior programa de segurança em transporte público do Brasil – e é da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. É uma lei nossa, que a Prefeitura está colocando em prática e está dando certo. Porém, Presidente, o tempo todo, a Prefeitura fala que isso é só um dever do Estado; o Governo Federal fala do Estado.

Resumindo, eu quero só dizer o seguinte: nós vereadores não podemos perder mais uma oportunidade de trazer este debate aqui dentro da Câmara. Quem é a favor de armar a Guarda, que vote a favor; quem não é, que vote contra. O que não pode, Presidente, é o BRT Seguro, que ontem prendeu três assaltantes no BRT, que hoje prendeu mais dois, com seis celulares, e o guarda municipal estar desarmado, cumprindo uma função de segurança pública.

Então, nós temos que trazer de volta esse debate. Eu, particularmente, sou a favor do armamento da Guarda, desde que valorize o guarda municipal. O que não pode são as bases da Guarda Municipal estarem sucateadas; o tíquete não ter aumento desde 2012 – quero ver se alguém almoça com R$ 12,00 –; curso de capacitação, valorização. E aí, sim, armar a Guarda Municipal, para colaborar com a segurança pública nos bairros do Rio de Janeiro.

O problema de segurança é grave, é sério e não é só do Estado. É do Estado, é do município e é do Governo Federal.

O BRT Seguro, já está claro que a Prefeitura pode e deve. E o prefeito, logo após a eleição, falou que o projeto dele é armar parte da Guarda Municipal. Isso é uma lei que já está aqui na Câmara. Então, nós, vereadores, vamos deixar a Prefeitura tomar conta disso ou nós vamos fazer a nossa parte, que é legislar, criar leis, para a Prefeitura executar para o bem da população?

Eu já estou vendo ali o nobre Vereador Edson Santos, que aí vem com o discurso – tenho muito carinho pelo vereador –, mas aí vem com o discurso de que segurança pública vai coagir, vai isso, vai aquilo. O que não pode é a Guarda Municipal estar multando o carioca em desvio de função. No BRT deu certo. Então, pode dar certo em outros setores da nossa cidade.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Monica Cunha, que dispõe de três minutos.

A SRA. MONICA CUNHA – Obrigada, Presidente.

Eu vim aqui só dar uma pequena continuidade ao que a minha colega Thais falou, sobre amanhã.

A gente, amanhã, tem um dia muito difícil, não só nessa cidade, mas neste país, que é o júri sobre o assassinato de Marielle e Anderson. Eu só quero contribuir com a minha colega e falar que, por mais que tenham diversas situações, que tenha um processo robusto lá de coisas para que se comprove este assassinato, mas, para nós, a população negra, enquanto mulheres negras, está aí. Sabemos bem o motivo real desse assassinato.

Então, eu vim colocar nesta casa isso: esse assassinato não passa do racismo existente dentro deste Estado, mas também desta Cidade, deste país, que leva, todo dia, pessoas negras ao óbito. E, tristemente, a nossa colega, por mais que eu não tenha sido colega dela enquanto parlamentar, mas eu fui antes de ela chegar até aqui, a levou também enquanto parlamentar.

Eu, por mais que todos não estarão lá amanhã, acho que todos, até quem esteve aqui no momento em que ela também presidiu esta Casa, ou não, deveriam, amanhã, repensar e ver esse momento tão importante, porque, com certeza, meu colega Siri, nós vamos ter dois momentos nesta cidade: um antes e outro depois do assassinato de Marielle, tanto por racismo quanto para nós, que somos do PSOL, e que falamos e tratamos de direitos humanos neste Estado.

É sobre isso, Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, vereadora.

Pela ordem, o nobre Vereador William Siri, que dispõe de três minutos.

O SR. WILLIAM SIRI – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos os vereadores e vereadoras, trabalhadoras desta Casa e servidores e servidoras desta Casa também, que ontem foi a comemoração do Dia do Servidor, nacionalmente. Bacana. Só que o servidor, para o Prefeito Eduardo Paes, não é tratado como no finalzinho da campanha, quando lembro que ele foi ao RJTV falando que ia fazer isso e aquilo para os servidores públicos. E aí, um dia depois do Dia do Servidor, nem esta Casa ficou sabendo, só pelo jornal, está sendo colocada aí a possibilidade da mudança da contagem de hora-aula.

Mas, antes de falar propriamente disso, eu quero falar da lógica da precarização do serviço público, do servidor desta Cidade. A gente já vem falando isso aqui há um bom tempo. Uma das nossas lutas, por exemplo, foi o reajuste do vale- alimentação e vale-refeição, em que nós aprovamos uma emenda nesta Casa. Todos os vereadores e vereadoras aprovaram, depois o Prefeito Eduardo Paes vetou, e esta casa derrubou o veto.

Presidente, até agora a LOA veio para cá, e essa emenda que nós passamos da LDO, na LOA de 2025, não veio. O Prefeito Eduardo Paes faz o que quer com esta Casa, porque a emenda não está na LOA de 2025. Como é que a gente faz? Qual o valor desta Casa? A gente aprova uma emenda e não vem no projeto de lei depois?

Isso é a primeira coisa da precarização que posso falar. E agora, hoje, me vem pelos jornais a possibilidade – eu espero que seja só possibilidade – da contagem de hora-aula. Olha, isso é, mais uma vez, a precarização do professor. Fala-se muito que é a educação que vai transformar, que a educação é transformadora. Como vai transformar se você precariza o professor que dá aula para os seus filhos? Eu não sei quantos têm aqui no serviço público, mas, para os filhos e filhas dos cariocas, como vai melhorar a vida a partir da educação precarizando o servidor público, o professor?

Olha, se realmente esse projeto de lei estiver aqui, vocês podem ter ciência de que nós vamos nos mobilizar. Porque fazer reunião de comissão conjunta não vai rolar, não. Tem que passar reunião comissão por comissão. Já que é para passar na tratorada, nós vamos resistir também. Porque o professor e a professora têm, nós temos que ter orgulho, mas como? Essa precarização da educação que o Prefeito Eduardo Paes vem fazendo é um absurdo, um dia depois do Dia do Servidor Público. Ficaremos aqui resistindo, porque é um absurdo o que o Prefeito Eduardo Paes vem fazendo com o professor nesta Cidade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
EM VOTAÇÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 165/2024 DE AUTORIA DO VEREADOR PEDRO DUARTE, QUE "REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DE COMITÊS DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE DISPUTAS - DISPUTE BOARDS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECERES DA :
Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Dr. Gilberto;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL, Relator Ver. Edson Santos (Oral);
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira FAVORÁVEL, Relator Ver. Welington Dias (Oral).

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Em votação.

O SR. LUIZ RAMOS FILHO – Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, o nobre Vereador Luiz Ramos Filho, por delegação da liderança do PSD, que dispõe de três minutos.

O SR. LUIZ RAMOS FILHO – Senhor Presidente, a pedido da Liderança do Governo, solicito o adiamento da votação da matéria por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Solicitado o adiamento da votação da matéria por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permanecem como estão.

Aprovado.

A votação do Projeto de Lei Complementar nº 165/2024 está adiada por uma sessão.

O SR. EDSON SANTOS – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Edson Santos, líder do PT, que dispõe de cinco minutos.

O SR. EDSON SANTOS – Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, venho aqui falar da ação do Ministério da Saúde em relação aos hospitais federais do Rio de Janeiro, que é o único estado que reúne um conjunto de unidades federais hospitalares por conta de ter sido capital da República. É evidente que essas unidades hospitalares não conseguem prestar um serviço à população em toda a sua plenitude e, principalmente, com uma integração efetiva com o sistema de saúde do município, pelo sistema de regulação, o que faz com que exista uma ociosidade muito grande em leitos e uma incapacidade de atender a população do Estado do Rio de Janeiro a contento.

Então, eu estive conversando com a ministra da Saúde, na semana passada, e ela me explicou em detalhes o que pretende fazer, não só com o hospital de Bonsucesso, mas com as demais unidades hospitalares existentes no Estado do Rio de Janeiro. O Hospital dos Servidores, que ficará sob a gestão da Ebserh, uma empresa ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Ministério da Saúde, vinculada à Unirio. Ou seja, será uma extensão do Gaffrée e Guinle, que tem uma impossibilidade de aumentar a sua capacidade de atender a população com dignidade. Então, o Hospital do Andaraí terá essa destinação.

Assim como o Hospital de Bonsucesso, nós temos o de Andaraí, o Hospital Geral de Jacarepaguá e o Hospital de Ipanema, que serão entregues à gestão municipal, sendo que o Governo Federal acará com custo de repasse orçamentário para a manutenção dessas unidades. E o Hospital da Lagoa ficará vinculado ao Instituto Fernando Figueira da Fiocruz, que terá uma área maior para atendimento pediátrico e vai manter também a sua função de Hospital Geral.

Senhor Presidente, eu acho que essa é uma explicação fundamental de se colocar. Não há nenhuma privatização do serviço de Saúde, muito pelo contrário, ela se mantém pública. Agora, nós temos que ver o Estado nas suas diversas formas de atender à população. O Estado não pode ser visto como um leviatã, algo pesado, difícil de fazer uma flexão, uma mudança para melhor atender à necessidade do povo. O Estado tem que lançar mão da flexibilidade, pois o objetivo central é atender à população.

Há um ditado chinês que diz: “Não importa a cor do gato, o importante é que cace o rato”, e ele se aplica a essa questão que nós estamos vivendo na Saúde no Município do Rio de Janeiro. A Ministra da Saúde chegou a discutir essa proposta com militantes do PT, alinhados ao Setorial de Saúde do Partido dos Trabalhadores, explicou em detalhes as medidas que estão sendo adotadas. E nós temos que acompanhar e, criticamente, evidentemente, até para alertar para determinados problemas que surgirão no curso da vida, mas o princípio é esse: fazer com que esses hospitais federais, hospitais gerais do Município do Rio de Janeiro, cumpram com sua função em toda a sua plenitude, que é atender à população; estar integrado ao nosso sistema de regulação; e, com isso, nós chegarmos ao ponto de ter uma eficiência no atendimento à população do Estado do Rio de Janeiro e, quiçá, do Brasil, que também vem buscar os serviços de Saúde no Estado do Rio de Janeiro, nos nossos hospitais federais. Era a comunicação que eu tinha que fazer.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado. Muito obrigado.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 104/2022 DE AUTORIA DO VEREADOR LUIZ RAMOS FILHO, QUE "ESTABELECE A FORMA DE FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES POR VIOLAÇÃO DO ART. 33 DA LEI ORGANIGA DO MUNICÍPIO".

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação, Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Inaldo Silva;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, PENDENTE;
Comissão dos Direitos dos Animais, PENDENTE;
Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, PENDENTE;
Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, PENDENTE;
Comissão de Educação, FAVORÁVEL, Relator Ver. Marcio Santos;
Comissão de Proteção e Defesa Civil, FAVORÁVEL, Relator Ver. Dr. Carlos Eduardo;
Comissão de Segurança Pública, PENDENTE;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para emitir o parecer pela Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, a Presidência convida o Vereador Marcio Santos.

O SR. MARCIO SANTOS – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público é favorável.

Para emitir o parecer pela Comissão dos Direitos dos Animais, a Presidência convida a Vereadora Teresa Bergher.

A SRA. TERESA BERGHER – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão dos Direitos dos Animais é favorável.

Para emitir o parecer pela Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Presidência convida o Vereador Marcio Ribeiro.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência é favorável.

Para emitir o parecer pela Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social, a Presidência convida o Vereador Paulo Pinheiro.

O SR. PAULO PINHEIRO – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social é favorável.

Para emitir o parecer pela Comissão de Segurança Pública, a Presidência convida o Vereador Dr. Rogério Amorim.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Segurança Pública é favorável.

Para emitir o parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, a Presidência convida o Vereador Welington Dias.

O SR. WELINGTON DIAS – Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira é favorável.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Para encaminhar, o nobre Vereador Luiz Ramos Filho, por delegação da liderança do PSD, que dispõe de três minutos.

O SR. LUIZ RAMOS FILHO – Senhor Presidente, esse projeto já está há bastante tempo na pauta. Os colegas já ficam até brincando comigo, os servidores brincando. Está aí o João, que fica: “Vai votar.” E a gente está esperando ter um quórum. Lembrando a todos os vereadores que nós já aprovamos a lei maior, que é a Lei Orgânica do Município, que proíbe a soltura de fogos na Cidade do Rio de Janeiro. Só permite às instituições autorizadas pelo Poder Executivo – os grandes eventos como o Rock in Rio, o Maracanã, o Carnaval; e vários artistas, como Coldplay, Alok, todo mundo respeitando a legislação, com a redução dos 50%.

Já que a população não está respeitando a legislação que foi aprovada nesta Casa de Leis, a gente está com outro aqui, para que possa regulamentar isso e punir as pessoas que não estão respeitando a legislação aprovada por todos aqui.

Gostaria de pedir ajuda a todos os vereadores, para que a gente possa aprovar essa lei. São muitos animais que sofrem com isso, animais que pulam da janela, animais que enfartam. Os autistas sofrem, convulsionam muito, têm tombos. As pessoas que têm epilepsia também convulsionam muito. Tem muita gente que dá entrada nos hospitais com falta de membro, com queimaduras, com cegueira, por conta das fuligens. Os bombeiros são chamados para apagar diversas queimadas em terrenos baldios, em residências, por conta de fogos de artifício.

Então, é só malefício que traz gasto público e traz também dano à vida dos animais e das pessoas.

Muito obrigado a todos, eu conto com o voto de cada um de vocês.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, João Mendes de Jesus, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Paulo Pinheiro, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Tainá de Paula, Teresa Bergher, Vitor Hugo, Welington Dias, William Siri, Willian Coelho e Zico 33 (trinta e três), não havendo voto contrário. Presentes e votando 33 (trinta e três) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes e votando SIM 33 (trinta e três) senhores vereadores.

O Projeto de Lei Complementar nº 104/2022 está aprovado e voltará em 2ª discussão, após o intervalo de 48 horas.

Pela ordem, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de três minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Senhoras vereadores e vereadoras, boa tarde.

Hoje participei de uma reunião muito importante. Está havendo uma mobilização da comunidade científica aqui do Estado do Rio de Janeiro em defesa da Fundação de Amparo e Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), que está sendo loteada para ser entregue a um aliado do Governador Cláudio Castro, que não se elegeu.

Ciência e pesquisa é coisa séria. E o que estão querendo colocar é uma pessoa que não tem conhecimento de nada da área, que não tem qualificação necessária para presidir uma fundação tão importante. Portanto, a comunidade científica, toda a comunidade está mobilizada para impedir que se prossiga com essa lógica de entregar, lotear cargos e deixar de lado a ciência para fazer politicagem.

Portanto, haverá uma audiência pública na Alerj, na sexta-feira, dia 1º, às 10 horas, e nós estaremos lá fortalecendo uma luta que é por ciência. Não aceitaremos negacionistas, quem nega a ciência e quer depois vir presidir uma fundação de amparo à pesquisa. Defendemos a manutenção do atual presidente, que é uma pessoa séria, qualificada e tem conseguido fazer um ótimo trabalho à frente da Faperj.

Dito isso, fica aqui o nosso repúdio a essa medida e nosso apoio a esse movimento de manutenção do atual presidente da Faperj.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Paulo Pinheiro, que dispõe de três minutos.

O SR. PAULO PINHEIRO – Senhor Presidente, senhoras vereadoras e vereadores, boa tarde para todos.

Presidente, eu queria falar um pouquinho e responder à colocação do Vereador Edson Santos. O nosso diálogo sempre foi e será respeitoso, sem dúvida alguma, e isso é o que faz o parlamento ser importante: são as opiniões, são as divergências quando as pessoas têm um intuito, que é melhorar o serviço público.

Vereador, eu respeito a posição dos parlamentares do PT, que têm se posicionado favoravelmente à decisão do Ministério da Saúde, mas não é possível que os parlamentares do PT não avaliem o que está acontecendo. Todos nós, há muitos anos, queremos que o Ministério da Saúde atenda bem seus pacientes. Não é possível – tecnicamente não é possível – que o Ministério diga, ache e atue de uma maneira que ele não tem condições de administrar os seis hospitais do Rio de Janeiro. Se eles estão mal, como estão, e todos nós denunciamos, só nesta Casa, nós fizemos quatro audiências públicas, ainda no governo federal anterior, sobre este assunto. A razão das péssimas condições em que está o Hospital de Bonsucesso, como está o Hospital da Lagoa, de Ipanema, dos Servidores, do Andaraí, e o Cardoso Fontes, é única e exclusivamente responsabilidade do gestor público, do Ministério da Saúde, do governo A, B, C e D, de todos eles. Todos eles colaboraram, todos colaboraram com estas características.

Quando o Ministério decide que – a ministra deu essa declaração, não sou eu que estou falando, a ministra disse isso – o Ministério não foi feito para gerir hospitais, isso é a maior calamidade que já se ouviu no Brasil. Pois esses hospitais sempre foram dirigidos pelo Ministério da Saúde, e mal dirigidos. O servidor público que trabalha ali não tem responsabilidade alguma se as licitações têm extravio de recursos, se a contratação de pessoal, há 14 anos, os ministérios – e não é deste governo, mas deste governo também, do anterior, do anterior, do anterior e dos outros, todos eles – não fizeram concurso público. Para quê? Para fazer a famosa contratação temporária da União por dois anos. Este é o ponto inicial dessa nossa discussão. Nós não podemos ter serviço público, ter o SUS da maneira, como numa matéria que eu convido todos a lerem, feita pelo ex-ministro Maílson da Nóbrega, que diz que o SUS não pode ser mais universal.

O que está acontecendo é a privatização do SUS. Não adianta dizerem de que o Grupo Conceição é um grupo do Ministério da Saúde, que é uma empresa pública de direito privado, não é isso, não. Isso não é a verdade. O que está se fazendo é terceirizar, inicialmente, os recursos humanos. Para vocês terem uma noção, hoje, 1.900 funcionários concursados, regulamentados do Hospital de Bonsucesso, não sabem o que fazer, porque o Ministério não sabe o que vai fazer. E o Grupo Conceição não consegue fazer. Destituiu todas as chefias e ontem voltou a chamar todos de volta, porque eles não entendem o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

O SR. PAULO PINHEIRO – Falta material. Esta decisão continua precisando de discussão. O Ministério não tem o domínio da situação e isso vai piorar quando chegar o modelo diferente, que é para os outros hospitais. Hoje, a matéria do Globo mostra o que eles pensam em fazer com o Gaffrée e Guinle e com o Hospital dos Servidores do Estado.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PINHEIRO – Vamos ter muita discussão ainda sobre isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

EM 1ª DISCUSSÃO

QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 161/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 104/2024), QUE "DESAFETA, AUTORIZA A ALIENAÇÃO E DEFINE CRITÉRIOS DE USO, PARCELAMENTO E EDIFICAÇÃO PARA AS ÁREAS MUNICIPAIS OU DE ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EMENDA Nº 1 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO.

EMENDA Nº 2 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO.

PARECER CONJUNTO DAS Comissões de Justiça e Redação; de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, de Assuntos Urbanos, de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social,de Meio Ambiente, de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura, de Cultura, de Esportes Lazer e Eventos e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, Pela CONSTITUCIONALIDADE E NO MÉRITO FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 161/2024 E AS EMENDAS 1 E 2 COM VOTO CONTRÁRIO VENCIDO DO VEREADOR WILLIAM SIRI PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Para discutir, o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, que dispõe de 15 minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Obrigado, mais uma vez, pela fala.

Na verdade, eu vou rapidamente discutir esse projeto que, na essência, é a alienação de imóveis abandonados, imóveis não utilizados, quando assim são, por parte do Poder Executivo. Até então não há nada demais em relação a isso.

Todavia, o que nós vemos nesse projeto é, na verdade, mais uma pegadinha, mais um Cavalo de Troia, do Governo Eduardo Paes. Na verdade, o que Eduardo faz aqui é a venda de mais uma – das poucas que sobraram – joias da coroa do Município do Rio de Janeiro. Ele quer pegar esses imóveis e jogar dentro da Fonte 100, sem qualquer transparência – onde esse dinheiro será usado, por exemplo? – e leiloá-los. Ou seja, ele vai gastar um próprio da prefeitura de maneira irresponsável, como ele sempre faz.

Se nós pegarmos o orçamento da Cidade do Rio de Janeiro, que está começando a ser discutido, veremos que diminuiu a verba para educação; diminuiu a verba para infraestrutura; diminuiu a verba de prevenção a enchentes; não contempla plano de cargos, carreiras e salários de nenhuma categoria; não contempla melhorias efetivas para a cidade e é mais um golpe dele já pensando na sua eleição para o governo do Estado.

Ele está querendo fazer caixa para, nesses dois anos que virão, ele conseguir capitalizar uma campanha do governo do Estado. É claramente isso. Ele quer encher o bolso de dinheiro com recursos do povo, com dinheiro do povo. Afinal de contas, esses imóveis são pagos com dinheiro do povo. Ele quer pegar isso tudo e gastar com os menudos dele, com a campanha dele no interior.

É isso que ele quer fazer: alianças espúrias; acordos sujos; obras de fachada; pintar meio fio – é isso que ele vai fazer com esse dinheiro – e contratar cabos eleitorais, como ele fez com o dinheiro dos empréstimos, como ele fez com o dinheiro da Cidade do Rio de Janeiro, gastando de maneira irresponsável.

E eu provo isso. No artigo 2º ele é muito claro: “[...] Os recursos aferidos, arrecadados da alienação dos imóveis pelo Poder Executivo Municipal serão utilizados [...]” e agora vem a maldade: “preferencialmente”. “Preferencialmente para as seguintes finalidades: regularização fundiária, programas habitacionais, ordenamento, equipamentos comunitários”.

“Preferencialmente”. Se ele tivesse boa fé e quisesse gastar de fato o dinheiro para melhorar a cidade, ele suprimiria o “preferencialmente” e colocaria: “esses recursos serão utilizados para isso”. Mas, na verdade, serão utilizados como o dinheiro da Prefeitura do Rio de Janeiro foi utilizado, meses atrás, com os “*menines”* dele, o que inclusive atropelou vereadores e colegas nossos aqui, de maneira covarde, utilizando a máquina pública!

Rios de dinheiro, campanhas milionárias, cabos eleitorais pagos com dinheiro público, com dinheiro de OS! Teve OS que teve o contrato multiplicado depois que doou uma farpela para alguns “menines” dele. Se de fato tiver o interesse de investir na cidade, suprima o “preferencialmente”.

Não há aqui nenhuma oposição a se vender imóveis não utilizados da Prefeitura. Não há aqui nenhuma oposição que alguns imóveis sejam alienados. O que é oposição aqui é com o gasto em campanha de governador, e é isso que vai ocorrer. “Ah, não, não vai”. Ocorreu, nós vivenciamos isso, nós vivemos isso. Colegas nossos sentiram na pele a covardia do uso do dinheiro público para financiamento de campanhas, colegas de que esta Casa sentirá falta. Foram “atropelados” por medidas como essa. Esse dinheiro será utilizado e, mais uma vez, com o silêncio sepulcral desta Casa, silêncio esse que se tornou rotina.

Esta Casa se silenciou quando foi votada a mudança da escala da Guarda Municipal, e nós não vimos mais nenhum guarda municipal na rua. Foi só para beneficiar a nata, os amigos do Secretário de Ordem Pública; quando empréstimos milionários foram avalizados por esta Casa, nós vivemos isso. Hoje está aí no orçamento para quem quiser ver. Está aí, já, já chegou à Casa, está em discussão, já: enchente diminuindo, conservação diminuindo, enquanto o gabinete do Prefeito aumentou em mais de 60% o orçamento. É lá que ele abriga – lá não, é também lá que ele abriga os amigos, os “menudos”, os “menines”, ficam todos guardados lá, guardados para saírem nas campanhas, para “tratorar” colegas desta Casa.

Eu estou falando alguma mentira aqui?

Então, vamos suprimir, vamos votar juntos este projeto. Comprometo o meu voto. Nobre Vereador Paulo Pinheiro, vamos suprimir o artigo que diz que é a palavra – não é nem um artigo –, vamos suprimir o “preferencialmente”. “Será utilizado”. Eu sei que o Prefeito, até na vida particular, gosta de ficar em cima do muro. Ele gosta do muro. Ele gosta de ficar em cima do muro em diversas questões. Ele fica em cima do muro quando se diz soldado do Lula e depois ataca o Lula; ele esconde o Lula, depois ele traz o Lula para cá; ele fica em cima do muro. Diz-se até que em outras questões, também falam. Mas o que nós estamos vendo aqui é mais uma artimanha dele para ludibriar a população.

Enquanto isso, eu quero ouvir de novo os vereadores aqui. O que falarão para os servidores públicos que continuam com tíquete de R$ 12,00; com a Guarda Municipal que não tem Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com as escolas públicas municipais, que as crianças sentam em caixotes de madeira; nas escolas que não têm mediador, nas ruas sem conservação, com pisca-pisca, enquanto o gabinete do prefeito cada vez mais inchado?

E nós estamos aqui dando uma carta-branca para que as “últimas joias da coroa” sejam vendidas para serem usadas “preferencialmente”. Mas nós sabemos de que forma será usada, a história já nos mostrou isso, a história nos mostrou. E, infelizmente, nós nos calaremos novamente, nós nos calaremos novamente.

Eu vou propor aqui, Senhor Presidente, que nós façamos uma emenda aqui e retiremos a palavra “preferencialmente” e vamos usar, porque tenho certeza de que o PT vai apoiar isso. Afinal de contas, apoiar moradia popular é o que o PT quer. Então, o partido não quer que esse dinheiro vá para o gabinete do prefeito. Ele quer que esse artigo seja melhorado, que esse “preferencialmente” saia, e vamos impor, fazer o papel desta Casa, que é direcionar o orçamento desta cidade.

Hoje, esta Câmara nem nome de rua dá mais. Até traficante, vagabundo, facínora dá nome. Complexo de Israel. Agora, o vereador aqui não consegue mais nomear uma rua porque o prefeito veta. Até medalha daqui a pouco ele vai vetar. Esta Casa passou por um vexame, uma covardia. Colegas nossos foram brutalmente, covardemente pisoteados pela máquina do Prefeito Eduardo Paes, que resolveu agir covardemente contra os nossos colegas. E esta Casa continua no mais absoluto silêncio. Eu diria até um ensurdecedor silêncio.

Não há cabimento. Não adianta vir aqui fazer discurso dizendo que esses imóveis vão ser utilizados. Aqui ninguém discorda do mérito: os imóveis que não são usados, que sejam vendidos, mas vamos dar transparência ao uso. Vamos dizer verdadeiramente para onde vão os recursos. Não vamos jogar esse dinheiro para uma Fonte 100. E essa Fonte 100 tem um significado. Na verdade, é uma Fonte 100, numeral. Mas aqui se transforma na fonte sem transparência, na fonte sem pudor, na fonte sem vergonha. E nós não podemos compactuar com isso. Nós não podemos compactuar com isso. Esse dinheiro tem que ser investido de verdade. Afinal de contas, esse é um recurso extraordinário que não volta mais. No ano que vem, não teremos esse recurso novamente. No outro ano, também não. Não podemos perder a oportunidade de impor ao prefeito – que é a missão do vereador – onde os nossos recursos serão utilizados, onde eles serão colocados, e não preferencialmente, a cargo do que ele quiser.

Eu termino dizendo que, para a boa democracia, os poderes têm que ser harmônicos, e não subservientes. Então, peço que cada um de nós olhe, oremos, oremos sempre. Orar, rezar, estudar e defender a fé. Como católico, defendo orar, estudar e defender a nossa fé, sempre. Tenhamos a lisura de respeitar o orçamento desta cidade e vamos impor ao prefeito que, não preferencialmente, mas obrigatoriamente, o dinheiro que ele está usando, vendendo os recursos da cidade e leiloando as jóias da coroa, não vá para campanhas eleitorais, para apaniguados políticos e para pré-campanhas, “menines” ou dele próprio ao Governo do Estado. Então, vamos retirar esse “preferencialmente” e, de fato, obrigar a Prefeitura a gastar com dignidade esse dinheiro.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para discutir, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Boa tarde. Gostaria primeiro de saudar a presença da vereadora eleita Maíra do MST, aqui nesta Casa. Vai trazer a juventude, essa importante visita que recebemos hoje. Seja bem-vinda e muito boa sorte.

Esse PLC que trata da alienação de imóveis toca em um ponto, ou melhor, ele não toca em um ponto que eu considero essencial. Qual é a demanda habitacional hoje por moradia no Município do Rio de Janeiro? O que nós temos hoje, já fiz falas anteriores aqui, é um problema estrutural de moradia. São milhares de pessoas que não possuem moradia digna ou que ocupam habitações inadequadas. Nós temos dados aqui da Fundação João Pinheiro, que diz que desde 2019 o déficit habitacional voltou a subir no Brasil. Nesse cenário, no Estado do Rio, a falta de habitação chega a mais de 544 mil, em grande medida, concentrada na Região Metropolitana, portanto, Município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana.

O que nós vemos é uma atuação absolutamente precária da Prefeitura, que não enfrenta esse desafio. A ação da Prefeitura vem sendo lamentável. Não há o interesse em defender a moradia popular, mas sim em defender os interesses do mercado imobiliário, com esses projetos que nós aprovamos aqui, Reviver Centro, Operações Urbanas e o próprio Plano Diretor, que não promove investimento em moradia popular, nem mesmo em urbanização de favelas, nem em construção de moradias em locais com infraestrutura, nem mesmo readequação de espaços e casas existentes.

Pois bem, os imóveis que a Prefeitura está querendo vender com esse projeto deveriam, se não todos, ao menos em parte, ser analisados para serem utilizados, caso seja possível, para moradia popular. Ou seja, se nós temos, além desse, a Prefeitura tem vários, inclusive que já poderiam estar sendo estruturados para transformação em moradia. Mas se a Prefeitura está vendendo imóveis, deveria começar vendo qual seria a possibilidade de esses imóveis serem utilizados como moradia popular. É triste ver mais uma oportunidade perdida por esta Prefeitura.

De minha parte, somos contra esse projeto, entendemos que a destinação deveria ser outra, que não a venda, mas apresentei uma emenda e eu peço o apoio das senhoras e dos senhores vereadores, que será apreciada em 2ª discussão e que tenta diminuir este descaso e comprometer a Prefeitura. Esta Câmara tem uma oportunidade de comprometer a Prefeitura com um mínimo de iniciativa nesse campo das moradias populares.

Essa emenda destina 50% do valor arrecadado com a venda desses imóveis para o Fundo de Habitação de Interesse Social, e eu espero contar com o apoio desta Casa na aprovação dessa emenda. Ela não vai resolver o problema de habitação social, mas pelo menos vai sinalizar que esta Casa está preocupada com o fato de nós termos mais de 500 mil pessoas sem moradia aqui no Município do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana.

Portanto, é muito sério o que a gente precisa debater aqui. Já temos algumas assinaturas e queremos, então, também poder ter oportunidade e destaque de debater aqui em público, aqui nesta Tribuna, essa emenda, quando for oportunidade.

Esse projeto não atende aos interesses da classe trabalhadora, não atende aos interesses da maioria da população do Rio de Janeiro. É um projeto que só pensa no caixa da Prefeitura, só pensa no 1%. E nós estamos do lado da classe trabalhadora, dos 99% que sofrem com a falta de políticas sociais, que sofrem com a falta de uma política real de moradia que respeite a dignidade da população carioca.

É isso, Senhor Presidente. Obrigada. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.

Para discutir, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Boa tarde, nobres colegas, vereadores que nos acompanham pelo Zoom, jornalistas, técnicos que acompanham pela Rio TV Câmara, Presidente Caiado.

Eu quero falar muito rapidamente sobre essa matéria, na verdade, talvez ajudar a esclarecer alguns pontos que se fazem necessários sobre o PLC 161.

 Primeiro, é de natureza do município, é de prerrogativa do município, nós estabelecermos critérios para a alienação de alguns imóveis. Inclusive, eu gostaria, faço já um apelo ao Prefeito Eduardo Paes, em sua futura gestão, para que exerça um papel mais organizado, que não apenas essa avaliação que o Legislativo faz aqui, para que a gente consiga acelerar o processo de alienação, mas garantir transparência, garantir critérios. Quero me colocar, inclusive, à disposição da avaliação desse processo.

É bem verdade que o Rio de Janeiro é um dos municípios, em todo o território nacional, que tem o maior número de imóveis públicos, sejam eles municipais, estaduais, federais, vagos. Isso é uma realidade, isso faz com que, por exemplo, o Centro do Rio de Janeiro tenha um grande problema, que é a ocupação do estoque no longo prazo.

Faço um apelo aqui à Ministra Esther Dweck que dê cada vez mais imóveis, cada vez mais instrumentos para que o Executivo consiga trazer unidades habitacionais em todas as classes sociais, intervenções culturais.

 Existe uma necessidade, acho que essa Casa aqui tem um papel relevante, de nós tocarmos, por exemplo, o IPTU progressivo, que vai ajudar muito na discussão dos imóveis vagos da Cidade do Rio de Janeiro, que vai garantir o freio da especulação fundiária que nós temos na nossa cidade.

Vários proprietários não colocam à disposição os seus imóveis porque se sentem dispensados de ter mais responsabilidade com esses imóveis, muitos deles de caráter, de interesse, de relevância cultural ficam arruinados, abandonados, porque não tem nenhum instrumento hoje, na Cidade do Rio de Janeiro, que pressione o mercado, que pressione os proprietários para que estes imóveis, para que estes lotes sejam colocados para o mercado público, para o mercado privado de terras.

Voltando ao nosso PLC, é fundamental, sim, que a gente entenda e compreenda os critérios de colocação desses lotes, de colocação desses terrenos. Quero reforçar aqui que isso não foi feito no Executivo para o Legislativo, eu tive a iniciativa junto com o meu time aqui de técnicos, de assessoria, junto com outros assessores da Casa, tivemos o trabalho de destrinchar esses terrenos, os 51 imóveis, as 51 unidades que versam sobre esse PLC. E quero falar aqui da natureza, muito brevemente, de todos os lotes, de todos os imóveis que fala esta lei.

Eu quero separar em três grupos, acho que é mais fácil entender, para conseguirmos avaliar a necessidade dessa aprovação.

O primeiro grupo fala daquelas unidades que fazem parte já de um imóvel edificado, ou uma igreja, ou um equipamento cultural. Vários lotes, principalmente os lotes antigos, do começo do século XX, do final do século XIX estão irregulares, do ponto de vista do seu registro cartorial. Então, nada mais justo que estes imóveis, essas nesgas, esses fundos de lote ou laterais de lote sejam retificados e inseridos com outras propriedades que a gente chama de propriedades lindeiras, que estão ao lado dos lotes de que se tem notícia aqui dentro do pacote dos lotes do 161.

Outro pacote são de unidades que estão majoritariamente na Barra da Tijuca, no Recreio, em Jacarepaguá. São lotes que estão próximos ou de outras unidades habitacionais, condomínios de classe média, de classe média alta, que querem ser inseridos, muito provavelmente, em condomínios já existentes e que, muito provavelmente, já têm processo em curso no Executivo Municipal para a sua regularização.

A Prefeitura do Rio, então, acelera o processo de organização, o processo de regularização desses imóveis. Portanto, também quero sinalizar aqui que não é um grupo prioritário que deva causar preocupação entre os nobres colegas.

Mas eu quero ressaltar aqui um terceiro grupo, que chamo aqui das sensibilidades. Temos três lotes muito próximos ou dentro de unidades de conservação, então nós não podemos avaliar de forma rápida, açodada, que esses lotes estejam dentro do pacote do projeto do PLC 161. Seria o terreno 7, na Estrada do Pontal; e o terreno 15, na Estrada dos Bandeirantes; e outro terreno, que ainda estamos esperando o último certificado da SMDUE para saber com mais assertividade a natureza.

Portanto, esses três terrenos eu gostaria de orientar que nós retiremos do pacote de propostas.

E quero colocar aqui um debate público. Seria importante que o IPP, que o Instituto Pereira Passos (IPP), que está colocado no pacote do 161, possa ser parte de um debate mais amplo nosso. Entendendo que o IPP seja um instituto muito importante, um instituto que é referência não só no Brasil, mas na América Latina, sobre planejamento urbano, eu gostaria de colocar aqui um sinal de alerta para as novas estruturas, a futura estrutura do Instituto Pereira Passos.

“Bem, Tainá, tem algum problema nós abrirmos mão desses lotes?” “Responde aí: fundamentalmente, vale a pena o Executivo Municipal continuar com esses lotes?”

Eu diria que não. São lotes com ou muita dificuldade de acesso ou pouca rentabilidade do ponto de vista da venda direta. São, na verdade, para serem agrupados a lotes já existentes, mas eu queria colocar aqui um sinal de alerta, e agora o meu apelo, Presidente Caiado, para que a gente reflita coletivamente sobre os imóveis que estão principalmente na Barra da Tijuca e no Recreio.

Eu gostaria que nós encaminhássemos uma emenda para garantir o Fundo de Desenvolvimento Urbano, principalmente para essas ruas, que não têm, muitas vezes, calçamento; que não têm acesso à infraestrutura. São ruas, são loteamentos que estão precarizados e carecem de intervenção do Executivo.

Então, eu gostaria que nós costurássemos uma emenda que garantisse a implementação da infraestrutura nas áreas da Barra da Tijuca e do Recreio no médio e no longo prazo. Quero encaminhar aqui, claro, favoravelmente à proposta do PLC-161, mas quero registrar uma necessidade que entre a 1ª e a 2ª discussão a gente consiga fazer esses encaminhamentos que eu ponderei aqui.

Que a gente possa retirar as unidades que estão dentro, os lotes que estão dentro das unidades de conservação; que a gente garanta uma emenda que encaminhe para o Fundo de Desenvolvimento dessas áreas, principalmente Barra, Baixada de Jacarapaguá e Recreio; e que a gente possa projetar e pensar sobre o futuro destino do Instituto Pereira Passos, que é um dos institutos de planejamento mais importantes do Brasil.

Obrigada, Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigada, Vereadora.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

A Presidência submete ao Plenário a proposta de votação em bloco das Emendas de nº 1 e 2.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

Em votação o bloco de emendas.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Tainá de Paula, Vera Lins, Vitor Hugo, Welington Dias, Willian Coelho e Zico 29 (vinte e nove). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Dr. Rogério Amorim, Luciana Boiteux, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Teresa Bergher e William Siri 6 (seis). Presentes e votando 35 (trinta e cinco) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 35 (trinta e cinco) senhores vereadores. Votaram SIM 29 (vinte e nove) senhores vereadores; NÃO 6 (seis) senhores vereadores.

O bloco de emendas está aprovado.

Em votação o projeto assim emendado.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Vera Lins, Vitor Hugo, Welington Dias, Willian Coelho e Zico 30 (trinta). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Dr. Rogério Amorim, Felipe Michel, Luciana Boiteux, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Teresa Bergher e William Siri 7 (sete). Presentes e votando 37 (trinta e sete) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 37 (trinta e sete) senhores vereadores. Votaram SIM 30 (trinta) senhores vereadores; NÃO 7 (sete) senhores vereadores.

O Projeto de Lei Complementar nº 161/2024, assim emendado, está aprovado e voltará em 2ª discussão, após a redação do vencido e o intervalo de 48 horas.

O SR. WILLIAM SIRI – Declaração de voto, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para declaração de voto, o nobre Vereador William Siri, que dispõe de três minutos.

O SR. WILLIAM SIRI – Obrigado, Presidente.

Vereadores e vereadoras, eu acho que é importante, em 2ª discussão, a gente tomar ciência, porque eu vejo com muita preocupação o que nós votamos aqui hoje. Essa autorização em lote, eu não sei se Vossas Senhorias sabem, mas, por exemplo, a Subprefeitura da Barra da Tijuca, que é um terreno com diversos equipamentos públicos que servem à população, quem votou SIM está dando autorização para alienar a Subprefeitura da Barra da Tijuca. Ao mesmo tempo, isso aqui está tão a cara da especulação imobiliária que, na Rua Marquês de Jacarepaguá, tem até uma foto no Google, é só dar um Google que vocês vão ver, há um terreno com uma vegetação, só que esse terreno que nós estamos votando aqui, a própria empresa já cercou e está vendendo. É o que nós estamos autorizando aqui.

Então, eu acho que, em 2ª discussão, eu peço que os vereadores e vereadoras que votaram favoravelmente deem uma olhada no que vocês estão autorizando, um por um, porque tem coisas muito problemáticas aqui. E estamos falando da lógica da especulação imobiliária.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

Para declaração de voto, o nobre Vereador Marcio Ribeiro, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Quero pedir verificação de quórum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Solicitada verificação de quórum pelo Vereador Marcio Ribeiro.

(Os senhores vereadores registram suas presenças)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a verificação de quórum.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se a presença dos Senhores Vereadores Carlo Caiado, Dr. Marcos Paulo, Felipe Michel, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Monica Cunha, Teresa Bergher e William Siri 10 (dez))

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 10 (dez) senhores vereadores.

Não há quórum para dar continuidade aos trabalhos.

A Presidência, antes de encerrar, comunica que, não tendo sofrido emenda de redação, fica considerada aprovada, nos termos regimentais, a redação final do Projeto de Lei nº 1441-A/2022, que segue a autógrafo; e convoca Sessão Ordinária para amanhã, quarta-feira, dia 30 de outubro, às 14 horas. A Ordem do Dia é a continuação da designada anteriormente.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h50)